

Empreendimentos econômicos solidários – Um estudo sobre os valores solidariedade e equidade

MANOELA SILVEIRA DOS SANTOS (UEM)
ELIZA EMÍLIA REZENDE BERNARDO ROCHA (UEM)

ISSN 1518-4382

REFERÊNCIA:

SANTOS, Manoela Silveira dos; BERNARDO-ROCHA, Eliza Emilia Rezende. Empreendimentos econômicos solidários – Um estudo sobre os valores solidariedade e equidade In: EGEPE – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS. 4. 2005, Curitiba, **Anais...** Curitiba, 2005, p. 338-347.

Resumo

Considerando que o cooperativismo está alicerçado principalmente sobre os valores da equidade e solidariedade, e que o mesmo pressupõe o desempenho de papel econômico e social, conforme definição apresentada durante o Symposium de l'IGIA (1988), citado por Bernardo Rocha (1999, p.7), “uma associação de pessoas que se agrupam voluntariamente para atingir um objetivo comum, pela constituição de uma empresa dirigida democraticamente, fornecendo uma cota-parte equitativa do capital necessário e aceitando uma participação nos riscos e nos benefícios desta empresa, em cujo funcionamento os membros participam ativamente”, torna-se importante compreender como esses valores são utilizados nas cooperativas. É a partir desse questionamento que este artigo foi desenvolvido, tendo como objetivo identificar quais são os valores presentes nas cooperativas estudadas. Deste modo pretende-se iniciar uma discussão sobre um possível cooperativismo baseado em valores culturais brasileiros. Um cooperativismo original que viabilize a participação social, política e econômica de diversas pessoas por meio da formação de cooperativas. A fim de responder os questionamentos acima levantados, foram realizadas, além da pesquisa e revisão bibliográfica, para fundamentar o estudo, entrevistas semi-estruturadas com os associados de dois empreendimentos econômicos solidários, duas cooperativas de trabalho, a Cocarema (Cooperativa de Reciclagem de Maringá) e a Coopermaringá (Cooperativa Maringá de Materiais Recicláveis e Prestação de Serviços), localizadas no município de Maringá, PR.

1. INTRODUÇÃO

Com a dificuldade de encontrar uma vaga de trabalho em um mercado tão concorrido e saturado em algumas áreas, o número de desempregados só vem aumentando ao longo dos anos. Com isso é cada vez maior o número de pessoas que estão excluídas, não só do setor econômico do país, mas também da sociedade. Indivíduos que não conhecem seus direitos, que não têm o mínimo de dignidade para sobreviver. Dentro deste quadro alarmante, a economia solidária está crescendo, o movimento vem ganhando força e importância nos locais onde o número de pessoas excluídas é grande. Sendo assim, as pessoas mesmo empobrecidas e excluídas do mercado de trabalho buscam a sua valorização, a sua capacidade para trabalhar e empreender pela necessidade da sua sobrevivência e de suas famílias. São estes excluídos que têm tomado iniciativas com expectativas de satisfazer suas necessidades e abrir novos caminhos na vida, através do uso de suas próprias

forças e recursos, associando-se a outros e organizando-se em grupos, associações e cooperativas ou empresas de autogestão, nas quais o trabalho assume posição central.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários buscam ter o sentido empresarial e o solidário, apoiado na cooperação. Empresarial por estar inserido dentro de um mercado, precisando assim se planejar e se estruturar para se manter competitivo, buscando resultados através da otimização dos materiais, das pessoas que estão envolvidas no processo e dos fatores produtivos na busca de resultados por meio de uma ação planejada e pela otimização dos fatores produtivos. E solidário por meio da cooperação e da consciência econômica favorável aos trabalhadores, deixando de lado a racionalidade capitalista, que só aumenta a desigualdade e exclui os indivíduos.

Vendo o crescimento deste movimento os Governos passam a dar maior valor a ele. É isso que acontece no Brasil, a economia solidária passou a ser muito discutida e estudada como uma forma de reduzir o número de desempregados no país. E as cooperativas são um tipo de empreendimento que faz parte da economia solidária. Sendo assim, é um tema muito atual, sobretudo com a campanha promocional que o governo atual vem promovendo na área social. el RECH (2000), mostra o cooperativismo como uma alternativa de superação das dificuldades existentes na maneira como o sistema capitalista se desenvolve. Deste modo o cooperativismo vem para contrapor o individualismo e o acúmulo de benefícios e riquezas por parte de poucos, com uma idéia do coletivo, ou seja, trabalho em conjunto e solidariedade com o próximo.

Considerando que o cooperativismo está alicerçado principalmente sobre os valores da equidade e solidariedade, e que o mesmo pressupõe o desempenho de papel econômico e social, conforme definição apresentada durante o Symposium de l'IGIA (1988), citado por Bernardo Rocha (1999, p.7), “uma associação de pessoas que se agrupam voluntariamente para atingir um objetivo comum, pela constituição de uma empresa dirigida democraticamente, fornecendo uma cota-parte equitativa do capital necessário e aceitando uma participação nos riscos e nos benefícios desta empresa, em cujo funcionamento os membros participam ativamente”, torna-se importante compreender como esses valores são praticados nas cooperativas. É a partir desse questionamento que este artigo será desenvolvido, tendo como objetivo identificar quais são os valores presentes nas cooperativas estudadas. Deste modo pretende-se iniciar uma discussão sobre um possível cooperativismo baseado em valores culturais brasileiros. Um cooperativismo original que viabilize a participação social, política e econômica de diversas pessoas por meio da formação de cooperativas.

A fim de responder os questionamentos acima levantados e iniciar a reflexão sobre um cooperativismo original, de raízes brasileiras, foi realizada uma pesquisa de campo e revisão bibliográfica para fundamentar o estudo.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os associados de dois empreendimentos econômicos solidários, duas cooperativas de trabalho, a Cocarema (Cooperativa de Reciclagem de Maringá) e a Coopermaringá (Cooperativa Maringá de Materiais Recicláveis e Prestação de Serviços), localizadas no município de Maringá- PR. A entrevista semi-estruturada tem um caráter interativo e dinâmico e é mais representativa para a pesquisa qualitativa. Permite a flexibilização da análise, já que oportuniza a participação espontânea do entrevistado a partir do momento em que este, tendo em vista sua experiência no assunto em questão, começa a participar efetivamente do conteúdo da pesquisa (TRIVINÓS, 1990).

As questões abordadas no roteiro de perguntas para as entrevistas se referiam ao cooperativismo de modo geral, princípios cooperativistas e aos valores solidariedade e equidade. As perguntas tinham como função fundamental as discussões acerca de como os valores cooperativos são pensados dentro dos empreendimentos selecionados para a realização deste trabalho.

Além das entrevistas foram utilizadas informações colhidas ao longo do projeto. Estas são provenientes da observação não participante e também do acompanhamento de reuniões e discussões entre os associados.

2. O COOPERATIVISMO E A SOLIDARIEDADE.

As primeiras cooperativas surgiram no século XIX na mesma época que acontecia a Revolução Industrial. Os movimentos populares eram comuns, os trabalhadores se revoltavam contra as condições de vida e de trabalho impostas pela burguesia. Os movimentos que tiveram maior influência sobre o cooperativismo foram o cartismo, no qual trabalhadores e intelectuais pleiteavam uma plataforma de reformas políticas e o Owenismo, que buscava uma sociedade baseada na cooperação (RIQUE, 2001).

Foi em 1844, na cidade de Rochdale na Inglaterra, que surgiu a primeira cooperativa, fundada por 28 tecelões que faziam parte do movimento owenista e que levaram consigo algumas das diretrizes pregadas por Robert Owen tais como superar a pobreza a partir da cooperação, com um capital comum e com o trabalho coletivo. Os princípios cooperativos foram criados pelos 28 tecelões – os Pioneiros de Rochdale e reformulados ao longo dos anos. A última modificação ocorreu durante o Congresso da ACI, em Manchester, em 1994. O primeiro princípio cooperativo é o livre acesso e adesão voluntária, no qual a cooperativa é um sistema aberto para toda e qualquer pessoa que tiver interesse em se associar e se desassociar, independente da raça, crença, gênero ou classe social. No entanto é necessário que se tenha alguns critérios básicos para a entrada ou saída de cooperados, para manter um certo padrão mínimo de habilidades. O segundo é o controle, organização e gestão democrática, a cooperativa é controlada por seus membros, estes têm o mesmo direito a voto, que tem o mesmo peso, as diretorias são definidas por meio de eleição. Este princípio tenta manter a independência e a autonomia da cooperativa em relação ao Estado (RECH, 2000). O terceiro princípio é a participação econômica dos seus associados, estes devem contribuir com a cooperativa com cotas parte para que ela comece a funcionar. As sobras da cooperativa devem ser utilizadas para a composição de fundos e para a distribuição dos cooperados. O próximo princípio é o da autonomia e independência, ou seja, a cooperativa tem autonomia e independência para gerir-se de acordo com a assembléia da cooperativa, sem precisar estar vinculada a nenhum órgão ou instituição externa. O quinto princípio é o da educação, capacitação e informação. O sexto princípio é a cooperação entre cooperativas, ou a intercooperação, no qual as cooperativas se unem para um fim comum visando se fortalecerem, melhorando as condições de vida dos cooperados e da sociedade. E o último, o sétimo princípio, compromisso com a sociedade, a cooperativa deve manter uma relação próxima com a sociedade na qual está inserida, oferecendo vantagens e benefícios para esta, assim como para seus cooperados (RECH, 2000)

Os valores do cooperativismo solidariedade, equidade, igualdade, ajuda mútua, responsabilidade e democracia, considerados como base pelos precursores do cooperativismo, também fazem parte do cooperativismo até os dias de hoje. Estes foram baseados nos ideais da Revolução Francesa “liberdade, igualdade e fraternidade”, assim como nos dos outros movimentos sociais da época que buscavam a reformulação da ordem sócio-econômica para uma realidade mais comunitária e igualitária, dentre os quais é importante ressaltar a responsabilidade, pois é necessário tê-la para que os cooperados se sintam comprometidos com a cooperativa; a igualdade, para os cooperados tenham os mesmos direitos e deveres e que o privilégio existente no capitalismo não esteja presente na cooperativa; a equidade, para que haja a busca da justiça social; e por último, a solidariedade, uma vez que é ela que dá base para que os outros valores se estabeleçam.

A solidariedade foi estudada por Émile Durkheim, que a considerou como um fenômeno moral que não se pode medir ou observar de maneira exata. Ela não permanece em seu estado puro, se apresenta por meio dos costumes da sociedade e do direito que a regula. Portanto, é resultante do conjunto de estados de consciências comuns a todos os membros de uma mesma sociedade. Definiu

a solidariedade em dois tipos, a mecânica e a orgânica (RODRIGUES, 1995). A primeira deriva da consciência social, ou seja, do conjunto de crenças e sentimentos comuns à sociedade. Os indivíduos são semelhantes e estão ligados diretamente à sociedade, sem intermediários. Nesta a consciência coletiva (conjunto de crenças, de sentimentos comuns aos membros de uma mesma sociedade) se sobressai à consciência individual. Já a solidariedade orgânica está ligada a divisão do trabalho, considera as diferenças entre indivíduos importantes para a sociedade, ou seja, é formada por um sistema de órgãos diferentes entre si, no qual cada um tem seu papel e trabalham em conjunto para o bem individual e comum. A consciência individual supera a consciência coletiva, existe a valorização da personalidade individual, pois as funções e conhecimentos específicos de cada um são utilizados pela sociedade no trabalho, que se apresenta de forma dividida, para alcançarem o trabalho coletivo (RODRIGUES, 1995).

Estando o cooperativismo ligado a um modelo de gestão solidária que está ganhando espaço nas discussões políticas, acadêmicas e sociais, entende-se a importância de compreender melhor qual é a essência deste tipo de empreendimento, assim como sua maneira de trabalhar e de se estruturar. E por onde começar esse estudo? Considerando que os valores cooperativistas são base para o desenvolvimento e organização do trabalho nas cooperativas, é a partir deles que se inicia o processo de compreensão. É necessário entender e conhecer como estes são tratados durante o dia-a-dia nas cooperativas, para então entender as suas relações de trabalho e as suas características.

3. CULTURA BRASILEIRA E O COOPERATIVISMO.

O Brasil tem em sua cultura diversos aspectos que o torna único, diferente. É importante conhecer a cultura brasileira, uma vez que é a partir dela que é possível compreender a dinâmica das relações sociais do país. Essas características da sociedade brasileira influenciam diretamente as relações existentes dentro da cooperativa, entre cooperados e entre cooperados e sociedade. Sendo assim, neste item serão apresentadas e discutidas algumas características da sociedade brasileira e como estas influenciam ou podem vir a influenciar o cotidiano dos empreendimentos econômicos solidários, criando assim, um cooperativismo original, que mescla os valores cooperativos com os valores brasileiros, um cooperativismo de raiz brasileira.

A maneira como o Brasil foi colonizado influenciou muito a caracterização da sociedade brasileira. O mulatismo é a não existência da dualidade que predomina nas relações sociais de outros países, ou seja, no Brasil as lógicas não estão ligadas apenas ao certo e errado, ao preto e branco, ao junto e separado. Existe aqui um outro conjunto de opções intermediárias, isto é, as opções não se limitam a escolher um e rejeitar o outro, há um vasto número de alternativas que estão situadas entre um e outro. Esse mulatismo permite que no Brasil exista o “jeitinho brasileiro” que nos faz viver por meio de intermediações e não por meio de dualidades. Isso mostra que no país não existe algo completamente certo ou completamente errado, há sempre um meio termo para adequar-se a necessidade do momento (DAMATTA, 1991).

Dentro desta discussão sobre a cultura brasileira podemos identificar também a existência de duas unidades sociais básicas, que é o indivíduo e a pessoa. Pode-se se pensar num primeiro instante que as duas unidades são iguais, mas não, cada uma tem a sua característica e age diferentemente dentro da sociedade. O indivíduo é regido pelas leis, é encontrado em casos jurídicos ou perante o poder público, mas nem sempre é ele que está presente. Aqui todo mundo é visto da mesma forma, tem os mesmos direitos e os mesmos deveres. A pessoa e a unidade regida pelas relações pessoais, ou seja, é com quem você se relaciona ou conhece que determina a maneira como irá ser tratada, recebida, as oportunidades que terá ou como será julgada. As duas unidades estão presentes constantemente nas relações cotidianas, ora se é um indivíduo, visto como mais um, ora se é uma pessoa, que tem sua individualidade e sua própria maneira de ser tratada. É da presença dessas duas unidades que

surge o famoso “Você sabe com quem está falando?” que aqui no Brasil é muito utilizado (DAMATTA, 1991).

Como isso pode influenciar a cooperativa? Os cooperados sendo brasileiros e fazendo parte da sociedade têm essas características dentro de si. Mesmo que todos os associados dentro da cooperativa tenham que ser vistos como indivíduos, para que o valor igualdade esteja presente, às vezes, a unidade social pessoa se apresenta, contrapondo-se ao valor. A equidade também se torna mais difícil de ser alcançada, uma vez que a sociedade aceitando a pessoa, a influência vai ser utilizada, e os indivíduos que não têm a quem recorrer vão estar cada vez mais distantes da justiça social.

O jeitinho brasileiro é uma característica do povo brasileiro, este é conhecido em todo o mundo. As pessoas reconhecem a capacidade do brasileiro de se adequar às situações mais adversas e o jeitinho tem grande participação neste fato. BARBOSA (.....) mostra o jeitinho como sendo de caráter universal, ou seja, todos os brasileiros o utilizam, desde as classes sociais mais baixas até as classes sociais mais altas. Ele pode ser encontrado também como quebra-galho, malandragem, ginga e jogo de cintura. Pode-se perceber que o jeitinho está presente constantemente nas nossas relações, e está enraizado no formalismo, que é a discrepância, a disparidade entre a conduta concreta e a norma prescrita que se supões regulá-la. Sendo assim, o jeitinho se mostra como uma forma de superação às dificuldades e diferenças existentes na sociedade brasileira.

Como já foi visto, as pessoas no Brasil se apresentam em duas unidades básicas que são exaltadas em diferentes ocasiões. A existência da unidade pessoas na sociedade também é um dos fatores para a existência do jeitinho, uma vez que é nela que se permite soluções baseadas nas relações sociais e não jurídicas. Já o indivíduo faz com que o jeitinho perca a sua força, pois é regido por leis e normas que não podem ser infringidas. Entretanto o jeitinho permeia entre essas duas unidades se mostrando quando necessário. Onde isso se encaixa na discussão sobre o cooperativismo? Estando as cooperativas inseridas na sociedade brasileira, formada por cooperados brasileiros, as características destes influenciam as atitudes e as ações das cooperativas. O jeitinho sendo uma característica forte da sociedade brasileira também está dentro da cooperativa, nas relações entre cooperado/cooperado, cooperado/cooperativa, cooperativa e sociedade. A presença do jeitinho nas cooperativas brasileiras as personaliza, assim como os valores e princípios existentes nela.

O gosto pelo que vem de fora, ou estrangeirismo, também é uma característica forte da sociedade brasileira. O estrangeirismo é preferir o que é estrangeiro, seja nome, produto, música, teorias, e o brasileiro tem essa preferência pelo que é de fora, não acredita muito nas soluções caseiras, ou seja, no que é nosso, construído e criado aqui dentro, no Brasil. Segundo Motta & Caldas (1997) a raiz por esse apreço pelo que é estrangeiro é histórica. Assim como o mulatismo, o estrangeirismo também tem origem na colonização brasileira. As implicações da fixação do brasileiro para com os estrangeiros são, a utilização inadequada ou incompleta do que foi importado, seja por falta de entendimento e compreensão ou por impossibilidade de utilizar as técnicas ou elementos importados na sua amplitude devido às características singulares da cultura brasileira; e a grande distância que existe entre a teoria e a prática, ou seja, entre o que é trazido de fora e o que pode e deve ser utilizado no Brasil.

Isso também ocorre no cooperativismo. O modelo cooperativo foi importado sem ter sido feito nenhum tipo de alteração ou adequação à cultura brasileira. Sendo assim, pode-se verificar a dificuldade que as cooperativas têm de se manterem funcionando no nosso país. Além disso, o estrangeirismo também está presente na cooperativa como um sentimento de dependência para com entidades externas. Pode-se observar esse fato na dependência que os empreendimentos tivas estudados neste trabalho têm em relação aos parceiros externos, da Prefeitura Municipal de Maringá e da Universidade Estadual de Maringá, por exemplo. Normalmente os associados esperam uma

opinião externa antes de tomarem as suas decisões ou resolverem os seus problemas ou dificuldades. Com isso o princípio autonomia e independência (já citados anteriormente) fica ameaçado.

4. DISCUSSÃO DAS ENTREVISTAS

Cada uma das entrevistas realizadas teve duração média de meia hora. Foram feitas gravações, autorizadas pelos entrevistados, para obter maior confiabilidade nas informações e para que nenhum detalhe se perdesse. Os empreendimentos estudados neste trabalho foram constituídos com o apoio da Prefeitura do Município de Maringá. Os associados são pessoas que viviam da separação do material reciclável que coletavam no “lixão” de Maringá, estes foram retirados do lixão e organizados em forma de cooperativa para trabalhar e continuar tendo um meio de sustento. A Coopermaringá foi instaurada em 01 de setembro de 2001, e teve apoio da Prefeitura e do Núcleo Local da Unitrabalho. Foram realizadas reuniões, oficinas e cursos para os associados acerca do cooperativismo. Um ano depois foi inaugurada a segunda cooperativa com as pessoas remanescentes do lixão, a Cocarema. Os seus cooperados também receberam treinamentos e acompanhamentos assim como a primeira cooperativa.

Apesar de terem recebido um treinamento acerca do cooperativismo, nunca haviam tido contato com este e a decisão de se organizarem como cooperativas não partiu da vontade própria dos cooperados, mas sim de um projeto da Prefeitura de inclusão social dos coletadores de materiais recicláveis do lixão de Maringá. Os cooperados não tiveram voz na escolha do modelo no qual eles deveriam se organizar. Ou seja, se tornaram cooperados por necessidade e não por opção. Este fator tem muita importância para entender o porquê da dificuldade sentida por muitos ao serem indagados sobre o cooperativismo. A forma como ocorreu a criação do empreendimento também é importante para compreender o sentimento de dependência existente na cooperativa e a maneira como os cooperados percebem isso. Um dos motivos que pode ser levantado é a maneira como as cooperativas se formaram, os cooperados não estavam preparados para trabalhar em equipe, e também não compreendiam o que era cooperativismo até o momento que tiveram que sair do lixão de Maringá e se organizaram dentro de cooperativas para continuar tendo um meio de sustento. A formação da cooperativa não foi algo espontâneo, mas sim algo programado e planejado pela Prefeitura Municipal de Maringá e os cooperados foram reunidos e organizados para que trabalhassem coletivamente. Os cooperados passaram a conhecer o funcionamento e as características da cooperativa quando já estavam trabalhando, ou pouco antes de iniciar o trabalho por meio de cursos. Percebe-se que o sentimento cooperativista não existia dentro dos cooperados, o que ainda acontece entre algumas pessoas como pode ser percebido.

Durante as entrevistas quando indagados sobre o que entendiam e aprenderam sobre cooperativismo durante o tempo que trabalham na cooperativa, a maior parte não soube responder com exatidão. Um dos entrevistados respondeu “*nós já aprendemos a fazer jornal, detergente*”, então questionada novamente sobre o que havia aprendido sobre cooperativismo disse “*Aí eu aprendi tudo, tudo, tudo*”. Foi questionada novamente sobre o que de mais importante tinha aprendido sobre cooperativismo e a resposta foi, “*O mais importante, é sobre o jornal é o que eu mais gostei*”. Outros cooperados simplesmente respondiam “*Ah, eu sei lá pra mim, tudo é bem, eu não entendo muito porque tenho pouco estudo*”.

Entretanto existem alguns cooperados que acreditam que cooperativismo é união, trabalho coletivo, “*A união ... tem que ser unido, porque se não for unido não vai para a frente*”. “*Ah, aprendi que trabalhar unido é bem melhor, um ajudando o outro*”. Uma compreensão maior que essa não existe, eles não conhecem os princípios e resumem o cooperativismo em união. Quando questionados sobre a intercooperação, a maior parte declarava que não sabia o que era, como pode ser visto nesta frase, “*Ah, não entendo nada não*”.

Nas reuniões que foram feitas, percebia-se o descaso que parte dos associados tinham para com os problemas da cooperativa. Eles não entendiam que o empreendimento era de todos e que as reuniões faziam parte da gestão da cooperativa, que a gestão era democrática (para citar o princípio). Nessas reuniões quando questionados sobre as suas obrigações e como a cooperativa deveria ser gerida, poucas pessoas tomavam iniciativa para falar.

O cooperativismo além dos seus princípios, apresenta seus valores que são a solidariedade, equidade, igualdade, ajuda mútua, responsabilidade e democracia. Durkheim estudou solidariedade e a dividiu em dois tipos, a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica. A primeira é baseada na consciência social, ou seja, do conjunto de crenças e sentimentos comuns à sociedade e a outra está relacionada à divisão do trabalho, leva em consideração as diferenças entre indivíduos importantes para a sociedade, o trabalho coletivo em prol de um bem comum. Nos empreendimentos econômicos solidários, é esse último tipo de solidariedade que se espera encontrar, a valorização da pessoa e o trabalho coletivo em busca do bem e do desenvolvimento do grupo. Percebe-se esse tipo de solidariedade nas cooperativas estudadas, mesmo porque como já foi visto anteriormente, o cooperativismo para alguns associados é sinônimo de união. Em alguns momentos pode-se perceber a consciência que os cooperados têm de que um é diferente do outro e que é preciso superar essas dificuldades para que o trabalho em equipe se efetive.

A solidariedade é vista pelos cooperados como sendo ajuda ao outro, dentro desse contexto se afirma a solidariedade orgânica de Durkheim, uma vez que essa ajuda é dada durante o trabalho, tornando-o coletivo e em prol de todos os cooperados. Quando questionados sobre a importância da solidariedade na cooperativa, as respostas foram unânimes, todos acreditam que ela é de extrema importância. Entretanto, quando questionados sobre a existência da solidariedade dentro da cooperativa, as respostas não foram tão decisivas, uma parte acredita que existe sim, solidariedade entre os cooperados, para outros ainda não, ou então só às vezes. *“Não é sempre, é do lado, assim, que interessa mais à pessoa”*. *“Bom, às vezes não existe, no meu pensamento tem que existir, mais tem alguns que não querem”*. Essas declarações demonstram que alguns associados acreditam que a solidariedade só aparece às vezes, no momento em que é interessante para a pessoa. Mas existem associados que acreditam que a solidariedade está presente, e que faz parte do dia-a-dia da cooperativa, *“Aqui na nossa existe”*. *“Acho que existe”*. *“Eu acho que existe sim”*. Essa questão de ser solidário para os cooperados está muito relacionada à ajuda, à compreensão que os outros têm quando alguém se machuca e não pode ir trabalhar, mas mesmo assim recebe remuneração. Ou então, quando um cooperado auxilia o outro durante um trabalho mais difícil ou que exija mais esforço. Durante o contato com duas cooperativas pode ser percebido que uma delas cooperativas é mais solidária que a outra, sob esse ponto de vista. Esta cooperativa que não é tão solidária, não aceita falta por doença, se algum associado precisar ficar afastado por motivos de saúde, ele tem o seu lugar garantido, mas não recebe a remuneração pelo tempo que ficou parado. Entretanto, esta é a cooperativa onde o senso de coletividade é maior, ou seja, os associados têm consciência de que o trabalho deve ser feito coletivamente e que o desenvolvimento da cooperativa depende da sua união.

Em se tratando de equidade, os cooperados já não apresentam tanta clareza em relação à sua definição ou à sua existência. O valor igualdade é mais facilmente observável, e compreendido pelos cooperados. Essa dificuldade de compreender o que significa a equidade pode estar relacionada à falta de consciência política por parte dos cooperados, mas mesmo assim em algumas declarações pode-se observar o papel da equidade dentro da cooperativa, trazendo a justiça social, fazendo com que os cooperados sejam vistos com respeito e como cidadãos. *“Agora eu até me senti muito feliz com isso, porque antes a gente não era visto na sociedade por parte nenhuma. Então agora a gente se sente um cidadão a gente é conhecido pelo poder público, judiciário. Nós somos reconhecidos por esses poderes. E a gente era chamado assim, a gente era lixeiro, ninguém reconhecia. A gente é sim um agente reciclável, eu nunca me comparei a isso”*. *“Eu não tinha*

valor. *Tinha muita gente que olhava pra mim, mas que não olhava que nem me olha hoje. Aqui depois que montou a cooperativa a gente tem muito prestígio”.*

Os empreendimentos econômicos solidários, dentre eles as organizações cooperativas, como toda e qualquer organização sofre influência e influencia a sociedade na qual está inserida, sendo assim, a cultura brasileira afeta a forma como a cooperativa age em certas ocasiões. No Brasil, como já foi discutido, existem duas unidades sociais básicas, o indivíduo e a pessoa. Sendo indivíduo todos são iguais perante a lei e a sociedade, já como pessoa a individualidade é mantida e as relações sociais passam a valer mais do que as próprias normas da sociedade. E como isso interfere no trabalho da cooperativa? Voltando ao valor equidade que é a busca pela justiça social, utilizando-se a unidade social indivíduo esse valor pode existir, pois para se ter justiça social todos devem ser vistos da mesma forma e com os mesmos direitos. Entretanto com a figura da pessoa presente na nossa sociedade, esse valor se torna mais difícil de ser alcançado, mas não impossível. A pessoa faz com que as relações sociais se tornem essenciais para que haja inclusão devido às influências que se tem a partir desta. Com isso as pessoas que têm menos influências continuam longe da inclusão, ao passo que se todos fossem vistos como indivíduos isso não ocorreria.

A cultura brasileira influencia de outras formas as cooperativas. O estrangeirismo pode ser definido pelo gosto e preferência que o brasileiro tem pelo que vem de fora. Além do modelo de cooperação ter sido importado e aplicado no Brasil sem qualquer modificação e adequação à cultura local e às necessidades dos brasileiros, os empreendimentos aqui tratados da forma como foram implementados, têm uma dependência em relação aos parceiros externos.

Isso pode ser observado quando um dos associados foi questionado sobre o que era feito quando a cooperativa tinha algum problema quanto ao transporte dos materiais até a cooperativa *“É que a gente liga lá no meio ambiente, conversa com o funcionário e pede para ele ir buscar o caminhão, quer dizer o material, se é possível ir buscar, ele vai conversa com o secretário, que trabalham os dois juntos, aí eles resolvem lá e passam o recado que vão buscar, é simples”*.

Em um outro momento quando um cooperado é questionado a respeito das decisões tomadas na cooperativa, a intervenção de gente de fora da cooperativa ficou clara *“venderam porque o funcionário do IDR veio aí e ficou fácil, mas se fosse só entre nós e o presidente, eu acho que não ia ter acordo”*. Aqui podem ser verificadas duas questões, a primeira é que o presidente às vezes se mostra autoritário, pois dá a entender que ele não queria aceitar a decisão do grupo, e também pode ser verificada a atuação efetiva de um “estrangeiro”, alguém de fora, nas ações da cooperativa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Este estudo nos permitiu algumas considerações. Em primeiro lugar, é necessário expor a dificuldade de encontrar bibliografia acerca dos valores pensados pelos idealistas utópicos associacionistas (Robert Owen, François Marie Fourier e Philippe Joseph Benjamin Buchez), é vasto o número de livros e artigos acerca do tema cooperativismo, mas são voltados para o estudo do modelo cooperativista e/ou histórico do mesmo.

Na tentativa de entender os significados que os valores cooperativistas tinham quando foram estabelecidos é necessário entender o contexto da época. Foi uma época de revoluções, as classes operárias começavam a exigir melhores condições de trabalho. Com a Revolução Francesa as palavras, liberdade, igualdade e fraternidade se difundiram e passaram a ser perseguidas. E foram esses sentimentos que permearam e influenciaram o surgimento das primeiras cooperativas. Portanto, os valores cooperativos eram vistos como uma forma de superação das dificuldades e injustiças que existiam na época. O tempo passou e o cooperativismo continua sendo visto como uma maneira alternativa de contraposição às dificuldades econômicas e sociais.

O que pode ser percebido por intermédio das análises das entrevistas é que existem sim os valores cooperativos nos empreendimentos estudados, entretanto uns com mais intensidade que outros. A solidariedade predominante parece ser a orgânica, ou seja, ela existe para um bem maior que a individualidade de cada um, mas respeitando as diferenças pessoais. Mas essa solidariedade é intrínseca a cada associado que a exterioriza para o bem coletivo. Portanto apesar da cooperativa se constituir em um empreendimento solidário, o valor solidariedade não faz parte do empreendimento, mas sim de alguns associados. O empreendimento não tem como ser solidário por si só, mas ele se torna solidário a partir do momento em que as pessoas envolvidas nele passam a praticar a solidariedade.

Da época em que as cooperativas foram constituídas até o momento no qual este artigo foi iniciado, pode-se observar que houve uma evolução da solidariedade dentro da cooperativa. No início o trabalho era individual, cada um trabalhava apenas para o seu sustento, mais do que isso, os catadores de material reciclável eram concorrentes entre si. A partir do momento que eles se organizaram e decidiram formar uma cooperativa foi preciso uma mudança na perspectiva de trabalho. Agora, não eram mais concorrentes, tinham que aprender a trabalhar em conjunto e ajudar um ao outro. Por isso a questão da solidariedade dentro da cooperativa é progressiva, quanto mais tempo eles estiverem trabalhando juntos mais a solidariedade vai passar a fazer parte da organização.

Sobre a equidade, há considerações relevantes a serem feitas. Este valor está pouco presente na cooperativa. Um dos fatores que pode ser levantado como responsável por isso é a existência da unidade social/pessoa na sociedade brasileira. Para se ter equidade os brasileiros devem ser vistos como indivíduos, ou seja, regidos por um mesmo sistema e expostos às mesmas leis e regras. Para se ter justiça social, primeiramente é necessário que todos sejam vistos como tendo os mesmos direitos e deveres. Mas não é isso que acontece quando se tem a unidade pessoa em detrimento do indivíduo, sendo pessoa cada um é um, as características pessoais e as relações sociais se sobressaem às leis e normas gerais. Com isso fica difícil a existência da equidade devido a falta de senso de coletividade e também porque para que ela exista todos devem ser regidos com base nas mesmas normas e direitos, o que não acontece na sociedade brasileira. Outro fator que influencia é a questão da pouca consciência política por parte não só dos cooperados, como dos brasileiros em geral. Não é da cultura do brasileiro reivindicar os seus direitos, ir atrás do que é seu. Isso fica claro quando se olha para trás e se percebe que grande parte dos movimentos sociais que aconteceram no Brasil se iniciaram depois que outros países o fizeram.

Pode-se perceber, entretanto que a equidade está presente na figura da gerência, mesmo que esta não saiba o significado deste termo. Os presidentes buscam os direitos da cooperativa perante a prefeitura, participam do conselho gestor e de reuniões de trabalho. Isso mostra que existe um interesse por parte dos gestores em buscar uma igualdade social para a cooperativa. Em uma cooperativa o gestor repassa o que aconteceu nas reuniões e nos encontros, deixando todos os cooperados a par do acontecido e concretizando o princípio da gestão democrática através de uma democracia representativa. Onde isso ocorre, a equidade está mais presente. Além de não existir a busca pela justiça social para a cooperativa, esta fere os princípios de gestão democrática, uma vez que a informação não é compartilhada.

Talvez o fato de a cooperativa ter sido formada de uma maneira não espontânea, ou seja, não foram os associados que se organizaram voluntariamente, também influencia na maneira como os tais associados vêm a cooperativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Livia. *O jeitinho brasileiro – a arte de ser mais igual que os outros*. São Paulo: Campus, 1989.

BERNARDO ROCHA, Eliza E. R. *O cooperativismo agrícola – dilemas e perspectivas*. Campinas: IE/UNICAMP, 1999 (tese de doutorado).

DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

MOTTA, F.C. & CALDAS, M. P. *Cultura organizacional e cultura brasileira*. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1997.

RECH, Daniel. *Cooperativas: Uma alternativa popular*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

RIQUE, Mônica. Os Pioneiros de Rochdale e os Princípios do Cooperativismo. In: *História da Economia Solidária*. São Paulo: CUT/ USP/ Unitrabalho, 2001, 5p.

RODRIGUES, José Albertino. *Émile Durkheim – Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987, 175p.